

Nepomuceno, V. (2022). Perspectiva da pesquisa contábil na América Latina: Um olhar para a Argentina, Brasil e Colômbia. *Contaduría Universidad de Antioquia*, 81, 233-257. Doi: <https://doi.org/10.17533/udea.rc.n81a10>

Perspectiva da pesquisa contábil na América Latina: Um olhar para a Argentina, Brasil e Colômbia

Valério Nepomuceno

valerio@unipam.edu.br

Orcid: 0000-0001-5140-9592

Universidade Federal de Uberlândia

Academia Brasileira de Ciências Contábeis

Perspectiva da pesquisa contábil na América Latina: um olhar para a Argentina, Brasil e Colômbia

Resumo: Este trabalho objetiva analisar, avaliar, e sugerir novas perspectivas à pesquisa contábil na América Latina sob o olhar autônomo e emancipatório, focando, particularmente, nas culturas contábeis da Argentina, Brasil e Colômbia. Fez-se uma breve retrospectiva histórica da contabilidade desses países para permitir contextualizações e alçar propostas reflexivas acerca de novos horizontes à pesquisa contábil latino-americana. A linha de investigação adotada é o ensaio teórico (artigo de reflexão), com abordagem descritiva. O que se constatou foi a hegemonia da pesquisa contábil positivista-normativista na Argentina e Brasil, e uma forte reação dos contadores colombianos a esse modelo anglo-saxão (reduccionismo-contabilidade privada). Também constatou-se uma tímida reação da Argentina e Brasil em favor da perspectiva crítico-interpretativa, e um movimento representativo e fecundo desenvolvido pelos colombianos a partir dos anos de 1970. Propostas de reformulação da pesquisa contábil surgem da Argentina e Colômbia como possibilidade de construções genuínas e emancipatórias para o futuro da contabilidade.

Palavras-chave: Reduccionismo; Positivista-normativista; Contabilidade Integral. Teoria Geral; Emancipação.

Perspectivas de la investigación contable en América Latina: una mirada a Argentina, Brasil y Colombia

Resumen: Este trabajo pretende analizar, evaluar y sugerir nuevas perspectivas para la investigación contable en América Latina desde una perspectiva autónoma y emancipadora, centrándose especialmente en las culturas contables de Argentina, Brasil y Colombia. Se realizó una breve retrospectiva histórica de la contabilidad en estos países para permitir la contextualización y plantear propuestas reflexivas sobre nuevos horizontes para la investigación contable latinoamericana. La línea de investigación adoptada es el ensayo teórico (artículo de reflexión), con un enfoque descriptivo. Los resultados muestran una hegemonía de la investigación contable positivista-normativista en Argentina y Brasil, y una fuerte reacción de los contadores colombianos a este modelo anglosajón (reduccionismo-contabilidad privada). También se encontró una tímida reacción de Argentina y Brasil a favor de la perspectiva crítico-interpretativa, y un movimiento representativo y fructífero desarrollado en Colombia a partir de los años 70. Las propuestas de reformulación de la investigación contable surgen desde Argentina y Colombia como una posibilidad de construcciones genuinas y emancipadoras para el futuro de la contabilidad.

Palabras clave: Reduccionismo; Positivista-normativista; Contabilidad integral. Teoría general; Emancipación.

Perspectives of accounting research in Latin America: a look at Argentina, Brazil and Colombia

Abstract: This paper aims to investigate, assess and propose new approaches for accounting research in Latin America from an autonomous and emancipatory perspective, with a focus on the accounting cultures of Argentina, Brazil and Colombia. A brief historical review of accounting in these countries was conducted to provide context and suggest reflections on future directions for Latin American accounting research. The line of research adopted is the theoretical essay (a reflection paper), with a descriptive approach. The findings reveal that positivist-normative accounting research is predominant in Argentina and Brazil, while there is a strong reaction of Colombian accountants to this Anglo-Saxon model (reductionism-private accounting). Additionally, Argentina and Brazil responded cautiously in support of the critical-interpretive perspective, whereas Colombia had a significant and productive movement beginning in the 1970s. Proposals for reformulating accounting research emerge from Argentina and Colombia as potential, genuine and emancipating constructions for the future of accounting.

Keywords: Reductionism; Positivist-normativist; Integral accounting. General theory; Emancipation.

Perspectives de la recherche comptable en Amérique latine: un regard sur l'Argentine, le Brésil et la Colombie

Résumé: Cet article a pour but d'analyser, d'évaluer et de suggérer de nouvelles perspectives pour la recherche en comptabilité en Amérique Latine dans une perspective autonome et émancipatrice, en se concentrant tout particulièrement sur les cultures comptables de l'Argentine, du Brésil et de la Colombie. Une brève rétrospective historique de la comptabilité dans ces pays a été réalisée afin de permettre une contextualisation et d'avancer des propositions de réflexion sur les nouveaux horizons de la recherche comptable latino-américaine. La ligne de recherche suivie est l'essai théorique (article de réflexion), avec une approche descriptive. Les résultats révèlent une hégémonie de la recherche comptable positiviste-normativiste en Argentine et au Brésil, et une forte réaction des comptables colombiens face à ce modèle anglo-saxon (réductionnisme-comptabilité privée). L'Argentine et le Brésil ont également réagi timidement en faveur de la perspective critique-interprétative, alors qu'un mouvement représentatif et fructueux s'est développé en Colombie à partir des années 1970. Des propositions de reformulation de la recherche comptable émergent d'Argentine et de Colombie comme une possibilité de constructions authentiques et émancipatrices pour l'avenir de la comptabilité.

Mots-clés: Réductionnisme; Positiviste-normativiste; Comptabilité intégrale, Théorie générale; Emancipation.

Perspectiva da pesquisa contábil na América Latina: Um olhar para a Argentina, Brasil e Colômbia

Valério Nepomuceno

<https://doi.org/10.17533/udea.rc.n81a10>

Primera versión recibida en junio de 2022 – Versión aceptada en julio de 2022

I. Introdução

A história permite verificar e analisar os consensos e dissensos entre os povos em seus processos de construções econômicas, políticas e socioculturais. Geralmente, há uma tendência quase impulsiva e unânime de os povos seguirem caminhos e ações semelhantes. Foi assim na construção da Europa em vários períodos, por exemplo, na Revolução Industrial e, mais recentemente, na globalização. São interesses nacionais convergentes que arregimentam tendências impulsivas entre povos dominadores e com a consequente e oportuna reação dos dominados.

No caso latino-americano, historicamente, essas realidades nos tocaram, inicialmente, sob a forma de colonialismo; por quatro séculos a região se manteve sob o domínio político, econômico e social dos espanhóis e portugueses. Somente no início do século XIX o povo latino-americano buscou a ruptura, a independência. Assim, praticamente, na primeira década do século XIX o povo latino-americano se libertou e se constituiu em nações livres.

No entanto, o modo de vida europeu, da dominação religiosa aos aspectos políticos e econômicos, foi forjado e perpetrado sobre os latino-americanos, mesmo após a sua independência. A perpetração foi estabelecida em alguns países mais profundamente do que em outros. Diferenças, às vezes profundas, dividem os latino-americanos, inclusive, por razão idiomática. Isso também se dá, de forma quase indissociável, na educação contábil, por meio de escolas de comércio e de agremiações profissionais. Algumas regiões ainda mantêm laços conservadores com a ideologia contábil hegemônica e com a elite acadêmica e intelectual europeia e, sobretudo, a partir dos anos de 1960, com as organi-

zações contábeis norte-americanas que têm influenciado o destino da profissão contábil no mundo.

Nesse sentido, analisar as perspectivas da pesquisa contábil na América Latina impõe avaliar a influência e a dominação estrangeira na cultura contábil, e a capacidade de romper com “o conhecimento oficial oriundo de processos de colonização conceitual e instrumental” (Franco, 2018). A expressão perspectiva foi tomada aqui no sentido da “medida da autonomia do pensamento latino-americano na condução da pesquisa contábil. Assim, o problema de pesquisa aqui examinado se restringe às possibilidades de perspectivas autonômicas da pesquisa contábil na América Latina.

O propósito deste artigo, portanto, fundado no problema, é analisar as perspectivas de autonomia da pesquisa contábil na América Latina; a linha de investigação é o ensaio teórico (artigo de reflexão) com abordagem descritiva.

Os elementos teóricos abordados buscam verificar as diferenças e semelhanças no campo da pesquisa contábil, particularmente, na Argentina, Brasil e Colômbia. Há uma lacuna na literatura sobre pesquisa contábil latino-americana. Pouco foi produzido sobre o tema; não há preocupação sobre o que está sendo pesquisado nos países vizinhos e o intercâmbio acadêmico tem sido pífio. De acordo com a pesquisa feita no Google Scholar 72 artigos estão relacionados à investigación contable en Latinoamérica e somente um artigo tratou especificamente dessa temática.

Isso revela a pouca importância que tem sido dada à interconectividade dos países vizinhos na pesquisa contábil. A lacuna existente e a relevância de analisar as perspectivas da pesquisa contábil no âmbito latino americano justifica o presente estudo. Além disso, o estudo contribui por estimular outros países-irmãos no fortalecimento da pesquisa científica contábil, independente e compromissada com os rigores da academia.

II. Fundamentos teóricos

Para que se possa analisar as perspectivas da pesquisa contábil na América Latina é necessário identificar as diferenças e semelhanças para o desenvolvimento da pesquisa contábil nos países que compõe a região. Para tanto, é necessário buscar alguns elementos históricos para um pano de fundo entorno da pesquisa contábil latino-americana.

Um aspecto histórico relevante à compreensão do cenário da contabilidade na América Latina é verificar o surgimento das primeiras faculdades voltadas à contabilidade. Parte-se do pressuposto de que as pesquisas genuinamente científicas são desenvolvidas nas universidades, embora agremiações profissionais também, em certa medida, tenham estimulado o pensamento contábil, ainda que no campo da prática e do interesse específico.

Na sua maioria, os países latino-americanos criaram suas faculdades voltadas para o ensino superior de contabilidade na primeira metade do século XX. A regulamentação da profissão de contador público, na América Latina, também ocorreu, em quase todos os países, na década de 1940.

Assim, na primeira metade do século XX, a América Latina despertou-se para o ensino superior de contabilidade enquanto disciplina acadêmica, quase sempre vinculada à faculdade de economia. Por sua vez, a regulamentação da profissão de contador (público) também ocorreu nessa mesma época. Ressalte-se, a América Latina tem tradição *code law* [lei como base da sociedade], o que reforça a tese de que pesquisas contábeis só têm vitalidade junto à sociedade se forem ratificadas por instrumentos jurídico-legais, o que tem sido motivo de críticas de alguns acadêmicos.

O primeiro doutorado em contabilidade da América Latina, segundo Wowczuk (2009), ocorreu na Argentina, em 1920, pela Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires (UBA). O Brasil só criou o seu primeiro doutorado em contabilidade, provavelmente, em 1960, pela Universidade do Brasil. Lopes de Sá fez o seu doutoramento (1960-1964) na Universidade do Brasil, defendendo a tese *Teoria do Equilíbrio do Capital das Empresas*, cujo orientador foi prof. Alberto Almada Rodrigues.

Portanto, sob o aspecto historial, os países latino-americanos têm seguido seus consensos e dissensos muito proximamente; nenhum país deixou de seguir adiante com suas reformas, adequações e atualizações de seus cenários políticos, econômicos e sociais. As pesquisas recentes têm apontado para o surgimento de uma perspectiva crítico-interpretativa visando novos cenários à investigação científica na contabilidade, sob moldes mais identitários.

II.1. Breve resumo da história e do pensamento contábil na Argentina

A história de formação dos professores argentinos está muito próxima daquela dos outros países latino-americanos, calcada na prática profissional. García (2002, p. 60) lembra que “os professores-profissionais formam profissionais”. O autor está se referindo ao fato de que a formação dos professores busca a predileção por preparar os estudantes para a prática, não para a educação ou pesquisa contábil.

Outra característica dos países de língua hispânica é a existência de Plano Geral de Contabilidade (PGC). O PGC visava ao “estabelecimento de normas regulares às quais a contabilidade das empresas deve se adaptar de forma uniforme” (Assum, 1976, p. 111). No caso argentino, segundo Mileti et al. (2001, p. 340) “o Conselho Superior de Contabilidade elaborou o primeiro PGC, em 1947, com a lista enumerada de contas que não ia acompanhada das explicações sobre os princípios contábeis [...]”. A partir de 1983, “se amplia o processo de normatização e o PGC já não joga um papel fundamental” (Mileti et al., 2001).

Até 1969, segundo Mileti et al. (2001, p. 346), “o caráter das Normas Contábeis Profissionais [...] era dado por pronunciamentos das Assembleias Nacionais de Graduados em Ciências Econômicas que, desde 1941, eram organizados pelos Colégios”. Depois foi criado o Instituto Técnico de Contadores Públicos da Federación Argentina de Graduados en Ciencias Económicas (FAGCE), destinado a constituir a fonte das normas profissionais, tanto de contabilidade como de auditoria (Mileti et al., 2001). Em 1973 estabeleceu-se a competência dos Conselhos para emitir normas de auditoria e Normas Profissionais de Contabilidade (Mileti et al., 2001).

Portanto, do ponto de vista da normatização contábil, a Argentina possui semelhanças com outros países latino-americanos. Discussões exaustivas sob os princípios de contabilidade geralmente aceitos (PCGA) dominaram as agremiações profissionais e organismos de governo nos anos de 1960 e 1970. Esse processo de assimilação e dominação dessas normas, pela academia e agremiações profissionais argentinas, naquele momento, parece seguir um padrão de absorção impingido pela cultura norte-americana, apresentado como o instrumento ideal para operar a complexa prática contábil das recrudescidas corporações multinacionais.

Nos anos de 1980 e 1990, a tônica da pesquisa foi a adequação das estruturas contábeis para suportar a hiperinflação que assolava o país. Em 1984, a legislação estabeleceu que os balanços deveriam ser apresentados em moeda constante e também deveriam apresentar informações consolidadas (Wowczuk, 2009). No período de 1990/2000, de acordo com Wowczuk (2009), a pesquisa contábil argentina se dedicou, particularmente, à harmonização internacional das normas contábeis e à busca pela melhor expressão monetária para os seus balanços (valor recuperável, valor descontado, valor corrente).

Os pesquisadores contábeis argentinos, segundo Schultz e D'Iorio (2021), não têm, até o momento, como agenda de pesquisa a perspectiva crítica da contabilidade (CPA), pelo menos, nas Universidad de Buenos Aires (UBA), Universidad Nacional del Litoral (UNL) e Universidad Nacional de Rosario (UNR). Schultz e D'Iorio (2021), em seus trabalhos, chegaram à conclusão de que há uma visão hegemônica da pesquisa positiva na contabilidade argentina e elas conclamam os acadêmicos argentinos à reflexões epistemológicas nesse âmbito. Concluíram ainda Schultz e D'Iorio (2021, p. 258): “essa aceitação da perspectiva hegemônica, quase sem restrições [...] garante a percepção da exatidão e verificabilidade”; essa percepção, ideologicamente, visava passar a ideia de neutralidade. García (1990, p. 19) já destacava o excessivo vínculo com a prática, eminentemente normativista, e se manifesta: “Estranhamente, são as Organizações Profissionais de Ciências Econômicas que se encarregam dessa delicada função”.

Em síntese, pelo menos, dois aspectos podem ser destacados na pesquisa contábil argentina, neste momento: i) ela é, hegemonicamente, positiva, o que, provavelmente, não tem permitido maior abrangência das reflexões científico-filosóficas; ii) uma incipiente abordagem acerca das perspectivas críticas à contabilidade; provavelmente, essa nova abordagem permita a reformulação do pensamento contábil sob as bases efetivas das ciências sociais, o que tem sido apresentado por García Casella e outros em sua longa trajetória acadêmica.

II.1.1. Pesquisa contábil na Argentina

Provavelmente, algumas das influências recentes que se registram na pesquisa contábil argentina são de Mario Biondi (1923-2016) e Carlos Luís García Casella (1931-2020), ambos da Universidad de Buenos Aires (UBA), e ambos têm vasta obra dedicada à teoria e epistemologia, com estudos profícuos no campo contábil que têm inspirado gerações de argentinos e no exterior.

Biondi (1999) em um de seus trabalhos sobre metodologia define contabilidade como sendo o conjunto das teorias *doutrinárias* (pensamento contábil) e *normativas* (modelos contábeis normativos). Biondi sempre manteve sua postura em defesa do normativismo contábil. Segundo Gil (2021, p. 293), “Biondi desenvolve a teoria [contábil] a partir da práxis, adicionando linhas de argumentos para fortalecer os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos”. Portanto, suas ligações com as *mainstreams* norte-americanas são evidentes e constantes.

García Casella (2019), por outro lado, tem um pensamento lógico mais consistente, mais robusto e eficaz do ponto de vista científico; ele defende a contabilidade enquanto ciência social (factual, cultural e aplicada). García-Casella (2019) critica aqueles que percebem a contabilidade como uma microeconomia, como um complemento à economia, por entender que são coisas totalmente distintas; e descarta a possibilidade de considerá-la uma tecnologia ou técnica. García-Casella (2019) defende também que os governos é que devem fazer a regulação contábil para resguardar o bem-comum e evitar que atores e organizações abusem de suas competências. São posições científicas mais engajadas e com uma percepção lúcida do real papel da contabilidade na sociedade atual.

Uma outra pauta defendida por García Casella (2019, 2001, 2000) é a sua pretensão entorno da *teoria geral da contabilidade*, levando a efeito os pressupostos básicos de Mattessich (2002). García-Casella (2000; 2001), entretanto, buscou superar o reducionismo da contabilidade existente nos trabalhos de Mattessich (2002), estabelecendo três componentes teóricos e práticos: termos primitivos; pressupostos básicos; e diretrizes (Mejía-Soto et al., 2011). Suas principais diretrizes são: i) a contabilidade não deve ser só para as empresas, mas também para os indivíduos, organismos de governo, terceiro setor; ii) deve se ocupar da quantificação do patrimônio e dos seus objetos; iii) deve expressar os termos monetários e não monetários, dentre outros. O professor emérito da UBA

descarta, assim, três hipóteses reducionistas na contabilidade, discutidas ainda hoje: i) a contabilidade é uma arte; ii) a contabilidade é uma técnica; iii) a contabilidade é uma tecnologia social (García-Casella, 2001).

Embora considere as ideias de Mattessich (2002), García-Casella (2001) as corrige, especialmente, quanto ao caráter e ao viés economicista e empresarial (Mejía-Soto *et al.* 2011), estabelecendo novos avanços no campo contábil e ampliando a teoria geral da contabilidade de forma holística. A capacidade de percepção do conteúdo filosófico-científico, sob as luzes da socialidade contábil hodierna, nos permite reconhecer García-Casella como um dos mais fecundos cientistas da contabilidade latino-americana; suas reflexões, em certa medida, antecipam alguns elementos das perspectivas críticas na contabilidade (CPA) e lançam âncoras à emancipação da pesquisa contábil latino-americana.

Contudo, Schultz e D'Iorio (2021, p. 244) apontam que “no campo da pesquisa são geradas reflexões epistemológicas isoladas. Esta é uma constante nas universidades argentinas onde são ministrados cursos da especialidade contábil, ou onde existem cursos ou departamentos de contabilidade”. A pesquisa contábil argentina, de acordo com Schultz e D'Iorio (2021), tem sido regulatória, ora sobre regulação contábil, ora com expansão teórica. Schultz e D'Iorio, (2021) reclamam do modesto lugar ocupado pela epistemologia (Bunge, 1997) no campo acadêmico, o que tem permitido uma visão tubular acerca do futuro profissional da contabilidade, cuja prioridade está na prevalência dos conceitos pragmáticos (técnicas e procedimentos) em detrimento da teoria.

Por outro lado, os acadêmicos argentinos têm feito um esforço no sentido de repensar a contabilidade sob bases mais críticas, com foco na responsabilidade socioambiental, e propondo aproximar as ideias dos latino-americanos, por meio de congressos e simpósios internacionais. Exemplo disso é *Simpósio Internacional de Teoría Contable*, cuja coordenação geral é da diretora do *Centro de Investigación en Contabilidad Social*, professora Inés García-Fronti (UBA).

II.2. Breve resumo da história e do pensamento contábil no Brasil

As publicações sobre a história da contabilidade no Brasil só se iniciam, com maior intensidade, a partir do início do século XXI. O aumento do interesse em pesquisar a história da contabilidade no Brasil pode ser consequência do provável esgotamento do modelo normativo-positivista adotado a partir dos anos de 1970, além do abandono da ideia de que a contabilidade era somente um sistema de informações. A aceitação da contabilidade enquanto ciência social começa despontar timidamente. As pesquisas sobre às perspectivas críticas na contabilidade, até o momento, praticamente inexistem no Brasil.

A primeira escola de comércio do Brasil, foi a Academia de Comércio de Juiz de Fora-MG, fundada em 1891, inspirada nos programas da Escola de Altos-Estudos Comerciais de Paris (Silva e Nepomuceno, 2011). As primeiras publicações

técnico-científicas foram feitas pela Revista Brasileira de Contabilidade, lançada em 1912, por Carlos de Carvalho, Horácio Berlinck e José da Costa Sampaio (Silva e Nepomuceno, 2012).

Em 1924, o Rio de Janeiro sediou I Congresso Brasileiro de Contabilidade, quando foi aprovada a seguinte definição: “a contabilidade é a ciência que estuda a prática e as funções de orientação, de controle e de registro, relativos aos atos e aos fatos de administração econômica” (CFC, 2008). Destaca-se que desde 1836, a Academia Francesa de Ciências reconhece a contabilidade como “ciência social, um corpo de conhecimento sobre o homem e sua riqueza” (García-Casella e Rodríguez-Ramírez, 2001, p. 141).

Somente em 1945 foi criada a primeira Faculdade de Ciências Econômicas, com o curso de contabilidade (Universidade do Brasil); e em 1946, foram criados os Conselhos de Contabilidade (CRCMG, 2021), responsáveis pelo registro, fiscalização e normatização da profissão de contador. A profissão de auditor independente (contador público certificado) é regulamentada pelo Instituto de Auditoria Independente do Brasil (IBRACON).

Em 1946, a Universidade de São Paulo criou a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas que oferta o curso de Ciências Contábeis e Atuariais (Silva, 2002). Muitos acadêmicos renomados foram para o curso de contábeis da USP (Francisco D’Auria, Frederico Hermmann Júnior, Coriolano Martins, e outros). “Ao estudar o processo de desenvolvimento da profissão contábil no Brasil”, segundo Gomes (1979, p. 99), “tem-se a impressão de estar estudando a evolução desta profissão nos EEUU”. A influência norte-americana se revelou, fortemente, a partir dos anos de 1970 e 1980. Segundo Ludícibus (1981, p. 37) o curso de contábeis “ganhou o primeiro núcleo efetivo, embora modesto, de pesquisa contábil nos moldes norte-americanos, isto é, com professores dedicando-se em tempo integral ao ensino e à pesquisa [...]”.

Para Ludícibus (1981, p. 36) “o Brasil foi forte e inicialmente influenciado pela escola italiana. Aliás, as paixões e as discussões em torno das escolas [...] foram [...] irrelevantes”. Em outro trecho de seu trabalho Ludícibus (1986, p. 32) afirma que “a escola italiana, vinculada a um excessivo culto da personalidade [...] produziu trabalhos repetitivos excessivamente teóricos, apenas pelo gosto de serem teóricos”. Acrescenta ainda Ludícibus (1981, p. 44), ao se referir às críticas feitas à Lei das SAs, cuja participação da USP foi expressiva: “[...] as críticas destrutivas que emanaram de alguns profissionais que deveriam notabilizar-se pelo senso do equilíbrio [...] em lugar de regatear palmas de auditórios iludidos e pouco esclarecidos”. Bolsinhas (1980, prefácio) critica “a velha tendência da escola europeia, de uma prolixidade teórica monótona e cansativa, cedeu a vez a uma atitude mais pragmática, representada pela escola norte-americana [...]”. Assim, as críticas às teorias contábeis europeias dão rumo à entronização do

modelo positivista norte-americano no Brasil, que, ainda hoje, detém a preferência de, praticamente, todos os periódicos (Avelar et al., 2020).

Gomes (1979, p. 104) num esforço de aproximação ainda maior do cenário contábil norte-americano, afirma que “as recomendações finais sobre o ensino de contabilidade [no Brasil] são aquelas contidas no Relatório Final da Junta de Padrões para Programas e Escolas de Contabilidade Profissional do AICPA, de 1977”. A influência na pesquisa contábil brasileira, especialmente na FEA/USP, a partir de 1970, tanto foi normativa (PCGA) quanto positiva (Martins, 2012). É possível perceber, de acordo com Martins (2012), um caráter personalista e pouco crítico, desenvolvido por alguns professores do departamento de contábeis da USP, na medida em que a linha de pesquisa era monocular (norte-americana). O compromisso com o positivismo, com a práxis contábil, não permitiu perceber ou desviar o olhar para algo insurgente na Europa e EEUU a partir dos anos de 1980: as perspectivas críticas à contabilidade tradicional, sobretudo, àquele modelo aplicado pela USP, incondicionalmente.

Por outro lado, à semelhança da Argentina, também o Brasil, no mesmo período, sofreu as consequências da hiperinflação. O tratamento contábil foi estabelecido pelo Decreto-Lei 1.598/1977, que exigia a indexação de: 1) ativo permanente (ativo imobilizado, investimentos e diferido) e 2) contas de patrimônio líquido; as contrapartidas eram acumuladas em uma conta de correção monetária lançada no resultado.

Por outro lado, no Brasil, diferentemente de outros países da América Latina, os contadores são responsáveis pela elaboração e assinatura das demonstrações contábeis e respondem judicial e solidariamente com o proprietário da empresa; cabe aos auditores independentes emitirem o parecer sobre essas demonstrações. O Brasil possui cerca de 522 mil contadores e técnicos (CFC, 2022); e apenas 1.007 auditores independentes (IBRACON, 2022).

Em resumo, o pensamento contábil brasileiro, à semelhança dos argentinos, também cedeu à forte influência da pesquisa contábil positiva norte-americana, além de replicar e entronizar suas normas e princípios de contabilidade como se fossem brasileiras.

II.2.2 Discussões acerca da Pesquisa contábil no Brasil

A pesquisa científica na contabilidade brasileira ainda é incipiente, monoparadigmática (Martins, 2012) sob a ótica da teoria científica; reproduzimos *ipsis verbis* a literatura anglo-saxã, cujos resultados são pouco científicos se o olhar crítico nos conduzir à percepção de que esse modelo é sectário, acrítico, a-cultural, hegemônico e colonialista. Assim, do ponto de vista intelectual não produzimos ciência, replicamos modelos paradigmáticos estrangeiros e negligenciamos a autonomização (Bordieu, 1976) da ciência da contabilidade. Ressalte-se: o positivismo, por construir objetivamente sujeito e objeto, postula

a uma ciência neutra, “livre de toda contaminação de valores pessoais, éticos, morais, sociais ou culturais” (Delanty e Strydom, 2003). Esse perfil de pesquisa é quantitativo e hegemônico e visa a um discurso de exatidão e verdade, legitimado pela academia.

De acordo com Homero (2017), há evidências de mudança paradigmática (1990-2000) com a ascensão do positivismo em detrimento de abordagens normativas. Nascimento et al. (2018, p. 31) registra que apenas a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) oferta a disciplina relacionada à pesquisa qualitativa”. Miranda et al. (2013), no mesmo sentido, constata que a linha de pesquisa sobre educação e pesquisa contábil é a que tem o menor percentual de trabalhos defendidos. Portanto, a ênfase dos programas de pós graduação no Brasil, capitaneados pela USP, não é no campo da teoria ou do pensamento, mas da práxis contábil.

Praticamente, nenhuma perspectiva crítica emergiu da academia brasileira, berço de onde deveria brotar ensaios teóricos que nos permitissem novos caminhos genuínos e construtivos. Dos raros trabalhos produzidos por autores brasileiros sobre a nossa servidão normativo-positivista, são os de Silva et al. (2022); e Sauerbronn et al. (2017), que tratam de desafiar o colonialismo a partir (e dentro) das margens, além de sugerir uma nova agenda de pesquisa. Embora Silva et al. (2022) afirmem “abarcar contribuições emergentes de autores latino-americanos”, há pouca referência aos autores contábeis latino-americanos.

Poucos trabalhos sobre a perspectiva crítica da contabilidade (CPA) foram publicados no Brasil (Homero, 2017; Nascimento et al., 2018; Nascimento et al., 2020). Homero (2017), por exemplo, sob o olhar da perspectiva crítica, propõe, em seu trabalho sobre os paradigmas e a ordem do discurso na pesquisa contábil brasileira, identificar as premissas subjacentes às escolhas metodológicas e compartilhadas pela comunidade acadêmica. O autor constata, assim, a prevalência do positivismo na pesquisa nacional, por meio da homogeneização dos métodos e do discurso.

A análise de Homero (2017, p. 51) “sugere que no discurso da comunidade acadêmica nacional predomina uma visão neoliberal, marcada pelo compromisso com a expansão dos mercados de capitais e a não interferência estatal”. Além disso, Homero (2017, p. 51) salienta que a “característica principal desse discurso é a subordinação aos interesses da profissão contábil: regulação privada da contabilidade, sob o controle de normatizadores “independentes”, é defendida em tom de militância”. Suas conclusões são pela percepção da existência de a-criticidade do modelo positivista, o que favorece a manutenção dos interesses do campo profissional.

Outra alternativa utilizada para criticar o positivismo, sem envolvimento com mainstreams mais radicais, como o CPA, é a utilização da análise crítica do discurso (Aragão, 2016; Barros, 2008; Homero, 2017). No entanto, essa análise não

examina o potencial retórico e manipulador da linguagem contábil no contexto social. Aragão (2016) observa que os autores de artigos científicos em contabilidade reproduzem vozes e, ao mesmo tempo, silenciam a sua capacidade crítica para não se exporem ao risco de tecer críticas desconcertantes. Assim, evitar mainstreams mais polarizados propicia zonas de conforto do autor com a academia e com os periódicos.

Martins (2012), por exemplo, embora faça referência ao movimento *critical perspectives on accounting* (CPA), segue em outra vertente, buscando reconciliar mainstreams de toda ordem, normativismo, pragmatismo, estruturalismo, etc; para ele o relevante é posicionamento filosófico. No entanto, o posicionamento filosófico tem consequências ideológicas que devem ser suportadas pelos pesquisadores.

É o que parece revelar também a tese de Aragão (2016) ao investigar a hegemonia do discurso contida no periódico *Revista de Contabilidade e Finanças* (RC&C). Aragão (2016, p. 159) afirma “que alguns pesquisadores têm de disseminar suas ‘pesquisas oportunistas’, seja por coerção institucional, seja pelo desejo descomprometido de poder e prestígio”. A autora manifesta a sua inquietude ao verificar “que há um cenário de acomodação de pesquisadores que negligenciam o seu entorno e sua própria literatura objetivando [...] produtividade científica” (p. 159). “A frenética ‘necessidade’ de produção científica tem levado alguns ‘pesquisadores’ a tentar manterem-se junto a centros de pesquisa hegemônicos [...]”, na medida em que Aragão (2016, p. 160) constata que a produção científica brasileira “sofre forte influência ideológica da USP e dos Estados Unidos.

Apesar dessas incômodas realidades acadêmicas, recentemente, foi criada a rede QRCA (Qualitative, Research and Critical Accounting) que se “constituiu como um espaço para acadêmicos e acadêmicas em pesquisa alternativa, qualitativa, interpretativa e crítica em contabilidade, interessados em desenvolver ou compartilhar conhecimentos na/sobre/com a América Latina” (QRCA, s.d.); as línguas de domínio da rede são, preferencialmente, espanhol e português.

Portanto, no campo da pesquisa contábil brasileira o que não nos faltam são obstáculos a serem superados. Embora já se admita no Brasil que a contabilidade é uma ciência social ainda não se dimensionou sua significação no contexto social, sua amplitude, tampouco suas magnitudes sociais.

II.3. Breve resumo da história e do pensamento contábil na Colômbia

Possivelmente, se comparados com argentinos e brasileiros, os pesquisadores colombianos produziram, proporcionalmente, mais trabalhos dedicados aos estudos da história da contabilidade colombiana (Bejumea et al., 2011; Cubides et al., 1999; Quintero, 2002; Rico-Bonilla, 2018; Rocha e Martínez, 2016); além de numerosas publicações sobre a pesquisa científica contábil, pensamento

contábil e a pesquisa dedicada à perspectiva crítica da contabilidade, o que faz da Colômbia, provavelmente, um dos centros de referência em matéria de publicações científicas contábeis da América Latina.

De acordo com Rocha e Martínez (2016), no início do século XIX não existia evidência de qualquer ensino formal de contabilidade. A primeira iniciativa de ensino profissional de contabilidade foi em 1887, pela Universidad Externado de Colombia com a capacitação em escrituração de livros (“tenedor de libros”). Quintero (2002) informa que a Escola Nacional de Comércio foi fundada em Bogotá, em 1905. Segundo Rocha e Martínez (2016), essa instituição marcou a profissão contábil porque foi vinculada à Universidad Nacional de Colombia, em meados do século XX, sob a forma de Facultad Nacional de Contaduría, com o propósito de desenvolver o primeiro programa de Contaduría Pública do país.

Devido ao domínio exercido pelos EEUU sobre a Colômbia, na época da desapropriação do Panamá, afirmam Rocha e Martínez (2016), os norte-americanos enviaram peritos contábeis para supervisionar o tratamento de créditos e capital investido, além de sujeitar a Colômbia a uma missão econômica, chefiada por Edwin Walter Kemmerer, o que culminou, nos anos de 1923, na formação de uma comissão que ajudariam a Colômbia sob os aspectos administrativos, financeiros e fiscais. Dessa comissão surgiram iniciativas relevantes, como a criação do Banco da República, criação da lei sobre o imposto de renda, a Controladoria Geral da República, além de outras iniciativas. Rocha e Martínez (2016, p. 9) afirmam também que a referida “Missão Kemmerer fez apelos insistentes sobre a necessidade de se criar uma entidade que fiscalizasse as empresas em nome dos acionistas, que fosse adequada e com habilidade para controlar a contabilidade”; disso deflui o surgimento da figura do revisor de contas.

Em 1931, a Lei 58 que criou a Superintendencia das Sociedades Anônimas, também estabeleceu a regulamentação da profissão de contador juramentado, cujas funções eram “revisar os balanços e livros de contabilidade das SAs; desempenhar os cargos de liquidadores comerciais das SAs” (Mattos, 2009). Surge, assim, o revisor de contas, responsável pela auditoria independente, com emissão de certificado para o estado. Entretanto, essa lei ficou suspensa até 1937, quando é reativada pela Lei 18/1936 (Mattos, 2009). Em 1960, foi sancionada a Lei 145 que regulamentou, de forma definitiva, o exercício da profissão de contador público (Mattos, 2009). Portanto, o florescimento da profissão de contador público representou um marco na história da contabilidade da Colômbia.

Gómez-Villegas (2008) delinea as fases da história da pesquisa contábil colombiana, desde os anos de 1970. Segundo Gómez-Villegas (2008), pode-se sintetizar, nos anos de 1970: pesquisa científica (método científico-materialista) como opção da Teoria da Contabilidade; nos anos de 1980: a epistemologia convencional como fonte da teoria contábil; anos de 1990: a metodologia e a

sócio epistemologia como concretização da teoria contábil (leituras de outras disciplinas); nos anos 2000: a teoria contábil como espaço institucional, surge a necessidade de acordos coletivos mínimos. Essa última fase, revela, portanto, a retomada das tensões entre regras contábeis baseadas na autoridade versus conhecimento baseado na ciência (Gómez-Villegas, 2008).

Rico-Bonilla (2018, p. 44) afirma que “é possível apontar que as linhas de pensamento internacionais que mais influenciaram os tratados locais foram a personificação e o Contismo franceses, especialmente Degrange Jr., além dos norte-americanos Paton e Harry Finney. No entanto, Benjumea (2011, p. 19) afirma que “no início da década de 1950, os colombianos conheciam apenas experimentalmente o básico da contabilidade”. As firmas de contabilidade estrangeiras, especialmente de auditoria, se valem disso para implementarem seus negócios na Colômbia (Benjumea, 2011). Essa invasão do mercado de auditoria e contabilidade, especialmente, pelos norte-americanos, provocou uma reação dos contadores colombianos, o que pode ter contribuído para o seu fortalecimento. É possível que a classe, naquele momento, passou a ter uma visão mais crítica, buscando um posicionamento mais nacionalista, mais à esquerda progressista (Gómez-Villegas et al., 2021).

Esta é uma das diferenças entre a Colômbia e os outros países latino-americanos, particularmente, Argentina e Brasil: a perspectiva nacionalista no momento em que a classe é reconhecida como profissão legalmente habilitada e perde espaço para o profissional estrangeiro. Gómez-Villegas et al. (2021, p. 3) salientam que o profissional colombiano “questionava as seguintes concentrações: i) do mercado de auditoria fiscal por empresas transnacionais de serviços contábeis; ii) da educação contábil; e iii) das práticas baseadas em princípios e marcos regulatórios estrangeiros (americanos) [...]”. Os autores acima entendem que esse domínio estrangeiro sobre a contabilidade colombiana tem determinado uma alienação da prática profissional e descontextualizado a profissão de seus propósitos sociais nacionais.

A tentativa de rechaçar tais intromissões na contabilidade colombiana, segundo Gómez-Villegas (2008), Sarmiento e Muñoz (2011), Cubides et al. (1999), e outros, estimulou ações para fortalecer a profissão, a partir dos anos de 1970, como: a criação de associações e “convocação de congressos pela categoria profissional fortemente influenciada por perspectivas políticas da esquerda progressista, tanto nas universidades quanto em outras instancias intelectuais do país” (Cubides et al., 1999). Essas iniciativas tinham o propósito deliberado de insurgir contra as posições defendidas pelas empresas multinacionais e organizações de classe com visões tecnocráticas e hegemônicas da profissão (Gómez-Villegas, 2008).

Essa inquietação do profissional contábil colombiano estimulou a criação do Centro Colombiano de Investigaciones Contables (CCINCO), na década de 1980,

cujo papel precípua foi liderar a pesquisa contábil alternativa, consolidando-se, assim, como centro do pensamento crítico interpretativo (Franco, 2018). Também foi criada a Federación Nacional de Estudiantes de Contaduría Pública (Fenecop), com dedicação extracurricular que possibilitou discussões sobre as perspectivas críticas da contabilidade e da profissão contábil (Gómez-Villegas et al., 2021).

II.3.1. Discussões acerca da pesquisa contábil na Colômbia

Diferente dos outros países latino-americanos, a Colômbia, ao rechaçar modelos contábeis estrangeiros, numa luta quase solitária, busca estabelecer, além da crítica, um novo projeto contábil mais próximo da cultural colombiana e de conformidade com os seus interesses sociais e nacionais. Os modelos estrangeiros aportados na Colômbia têm dificultado o desenvolvimento de uma perspectiva científica e social da contabilidade (Burbano, 1989; Franco, 1989; Giraldo, 2014). O engajamento da comunidade acadêmica tem contribuído de forma substancial para a discussão dos novos rumos da contabilidade colombiana, sobretudo, porque sabe-se que os países ‘desenvolvidos’ ignoram quase que totalmente a pesquisa contábil básica (Quintero, 2002).

O ponto de partida dos pesquisadores colombianos foi a crítica como elemento de desconstrução da tendência hegemônica normativo-positivista sob o domínio anglo-saxão. Autores como Gómez-Villegas, Franco-Ruiz, Vargas-Res-trepo, Ariza-Buenaventura, e muitos outros, têm assumido a postura de uma pesquisa crítico-interpretativa, denominados de heterodoxos. Tem sido papel, então, dos heterodoxos “negar a importância da corrente ortodoxa de pesquisa contábil” (Giraldo, 2014, p 83). A reação insurgida contra essa corrente ortodoxa hegemônica foi considerar a contabilidade como uma “construção social” (Franco, 2018; Gómez Villegas et al., 2021; Nepomuceno, 2021; e tantos outros). As críticas feitas por Ariza-Buenaventura e Gómez-Villegas (2008) são no sentido da desconstrução do pensamento único (Chanlant, 2002) na pesquisa contábil. Como afirma Quintero (2002, p. 122) “[...] o habitual [nos países “desenvolvidos”] é produzir normas que tornem a contabilidade um conhecimento estratégico apoiado na razão prática para colocá-la a serviço do capital”.

Nesse sentido, Franco (2018, abstract) é enfático ao afirmar que “para superar o atual reducionismo financeiro, é preciso solucionar as tradicionais anomalias inerentes ao patrimônio-propriedade, para caminhar no sentido de uma mensuração da eficácia social [...]” (grifo do autor). Franco (2018, abstract) entende que a mensuração da eficácia social pode se dar “por meio da formação de escolas autóctones do pensamento contábil que rompem com o círculo vicioso das colonizações continuadas [...]”. Por exemplo, sua percepção acerca dos conceitos de custo histórico e valor justo dão a dimensão do significado da hegemonia retórica contida no conceito de valor justo para o

propósito particularista. Franco (2018, p. 145) afirma que com o valor justo “a contabilidade perde seu caráter de bem público global e passa a ser uma mercadoria de uso decisivo no funcionamento do mercado de capitais e, especialmente, os dedicados a valores mobiliários”.

Uma das contribuições fora da contabilidade tradicional, construída a partir da perspectiva crítica, são as reflexões de Franco (1998) sobre a criação do modelo Contabilidade Integral¹. Segundo Franco (1998, p. 242), “a contabilidade exclusivamente monetária carece de objetividade e validade para a análise financeira e representa apenas uma visão parcial da atividade econômica”. Para Franco (1988, p. 242) “a unidade monetária, eixo da teoria contábil, não possui validade universal, não é um princípio ou postulado, mas apenas uma forma particular de mensuração, como as outras”. Percebe-se que as ideias de Franco muito se aproximam daquelas expressas por García-Casella. Nesse sentido, também Lopes de Sá (1992, p. 22) entende que “se a moeda não tem valor absoluto, se ela flutua ao sabor de um imenso número de variáveis, se ela pode esconder suas cotações sob o manto de manobras políticas [...] como pode ser ‘parâmetro de sinceridade?’”.

O modelo contábil defendido por Franco (1998) propõe uma integração dos fluxos sociais e uma contagem que não é um dispositivo de caráter econômico, mas um dispositivo de ecologia política, de caráter social, que envolve as dimensões de mensuração e avaliação. Portanto, a Contabilidade Integral “pretende construir uma teoria geral da contabilidade com base em uma abordagem hipotético-dedutiva que se inicia com a formulação de princípios ou leis básicas [...]” (Franco, 1998) [aqui também é possível perceber a proximidade dos pensamentos de Franco e García-Casella].

Esse tem sido um dos caminhos percorridos pela Colômbia, cuja preocupação central é, além de eliminar a hegemonia normativo-positivista (cultura contábil estranha), criar uma contabilidade com substância social e com parâmetros voltados à sociedade colombiana. No entanto, como afirma Gómez (2008, p. 27), ainda “[...] não há acordos gerais sobre as categorias epistemológicas que definiriam seu status a partir dessa abordagem [...]”.

Em síntese, o que se constata na Colômbia é o fortalecimento da pesquisa contábil para a perspectiva crítico-interpretativa, com ideias e proposições genuinamente, autóctones. A Colômbia se desperta, de forma vigorosa, para uma contabilidade mais próxima das motivações sociais e de um novo marco nas relações socioambientais.

1 Para maiores informações sobre a *Contabilidade Integral*, veja Franco (1998).

III. Perspectivas da pesquisa contábil na América Latina

Nem sempre a lógica aplicada pelos países desenvolvidos é aplicável aos países em desenvolvimento. Hopper et al. (2017, abstract), lembram que “a contabilidade é um instrumento e um objeto da globalização, mas seu impacto e sua manifestação não são uniformes entre os países desenvolvidos do Norte e os países em desenvolvimento do Sul”. Por exemplo, aceitamos a tese de que as International Financial Reporting Standards (IFRS) são normas de alta qualidade e benéficas para os países em desenvolvimento. Hopper et al. (2017) denunciam como as IFRS promovem o neoliberalismo global e como perpassa a ideia de que a contabilidade é vista como uma simples transferência, dos países ricos para os pobres, de sistemas técnicos [tecnologias], de regulamentos e de conceitos usados. Segundo os autores citados acima, isso mascara uma série de questões: i) o viés voltado para as ideologias e interesses do Norte, principalmente, os das corporações multinacionais; ii) questões tratadas de forma insuficientes nos países do Sul; iii) problemas de implementação; iv) desigualdade de poder, etc.

Ideologias são transferidas aos países do Sul por meio de tecnologias estruturais como se fossem objetos neutros. As práticas contábeis tornaram-se parte das tecnologias sociais de “alcance colonial”; são tecnologias contábeis enviadas das instituições euro-americanas para os países emergentes. Quintero (2002, p. 124) de forma lúcida, ressalta que “o desenvolvimento tecnológico é assumido acriticamente nos países periféricos. Se há uma aplicação criativa da tecnologia, ela é incipiente. Quase imperceptível”. As tecnologias contábeis são estruturadas com elevado conteúdo semântico enviesado, por exemplo, os formatos quadráticos e tiranos estabelecidos pelas indexações das revistas e periódicos; outro exemplo é o XBRL². Nesse sentido, a afirmação de Quintero (2002, p. 124) reflete corretamente esse propósito: “a maneira de abordar a tecnologia é geralmente estática, de adoração e de culto”. Assim, “políticas recomendadas e/ou impostas por instituições externas falham” (Andrews, 2012), e engessam a capacidade de construção, de mobilização dos países periféricos.

A desconstrução dessas tecnologias contábeis impõe estudos críticos acerca de suas não neutralidades. Um argumento nesse sentido vem da filósofa brasileira, Marilena Chaui que se refere à hegemonia tecnológica autoritária contemporânea, impregnada na organização das universidades, como “ideologia da competência”. É como se a universidade se transformasse numa esteira de produção taylorista e resgatasse o discurso de Braverman (1985) sobre o “operário-bovino”; esse discurso foi rápida e convenientemente deglutido, mas pouco digerido pelos acadêmicos. A crítica ao positivismo, que inundou a pesquisa contábil, deve ser percebida sob os mesmos tons.

2 *Extensible Business Reporting Language (XBRL)*.

Quanto à indexação das revistas e periódicos, as críticas se intensificam na Colômbia, principalmente porque na disciplina contábil houve uma preponderância à epistemologia e à teoria contábil de natureza nacionalista (Arias et al., 2020). Arias et al. (2020, p. 148) criticam: “[...] a cienciometria, representada por rankings por meio do Scimago e o fator de impacto, por meio de citações, são critérios discutíveis [...] antidemocráticos, assimétricos que se colocam como novas formas de colonização e dominação sobre outros conhecimentos [...]” (grifos dos autores). Estamos sob o julgo da tirania editorial estrangeira. A produtividade exigida pelas estruturas oligopolistas (Springer, Elsevier, Scopus, etc) joga com o modelo de negócio que se baseia na apropriação privada do trabalho público (Arias et al, 2020). Portanto, o impacto das publicações medido por citações é uma medida abusiva, sem sustentação empírica (Gómez-Morales, 2018).

No Brasil, na Argentina e em outros países latinoamericanos (com exceção da Colômbia), a expressiva maioria dos pesquisadores endossa e replica o “discurso oficial” (Franco, 2018) construído pelos países desenvolvidos, por décadas, sob o argumento da relevância da tomada de decisão e da doutrina do valor para o acionista. Partimos, provavelmente, de premissas equivocadas ou obtusas e sob a sensação de que estamos fazendo ciência de alto nível, o que é um equívoco.

III.1. Proposições para uma perspectiva autônoma e a desconstrução dos mitos

Inicialmente, é necessário admitir uma condição sine qua non: os países latino-americanos têm sido colonizados pelos países do Norte. Essa colonização ocorre, principalmente, por meio da pesquisa baseada na teoria positiva da contabilidade (PAT) e por uma normatização contábil inadequada, desde a década de 1970 (Sauerbronn et al., 2017; Chabrack, 2012). Por essa razão, “o diálogo científico foi afetado por uma fixação de crença e esclerose” (Chabrack, 2012, 452, grifo do autor). A capacidade de reflexão, de proposição e de inventividade científico-contábil, foi, tiranamente, impedida pelo formato do R2 inferencial dos positivistas norte-americanos. A regra hegemônica é: “qualquer discurso dissonante era descartado. O diálogo científico tornou-se uma repetição do que é legítimo e cientificamente correto: uma concepção monolítica do mundo” (Chabrack, 2012, p. 452, grifo do autor). Estudiosos neoliberais e financiadores corporativos “foram responsáveis por difundir ideias neoliberais, influenciando significativamente os atuais currículos científicos [...]” (Sauerbronn et al., 2017, grifo dos autores).

Nesse sentido, é necessário desconstruir mitos que têm imperado nas academias latino-americanas como se fossem verdades absolutas. Por exemplo: i) os objetos contábeis são neutros; ii) as IFRS são aplicáveis a qualquer país, visto que são normas generalistas e de alta qualidade; iii) a globalização é estável e

duradoura. iv) as demonstrações contábeis consolidadas são transparentes e expressam a realidade econômico-financeira; v) a indexação e acreditação de revistas e periódicos são tecnologias inofensivas e benéficas à construção e aprimoramento das pesquisas; vi) a contabilidade é a ciência do patrimônio; vii) é impossível uma teoria geral da contabilidade.

Os mitos não se esgotam nesses apresentados acima. Ao contrário, esse é um processo de descoberta na medida em que as críticas e as interpretações revelem novas realidades contábeis latino-americanas.

III.1.1 A falácia do reducionismo do objeto contábil

Tentar construir a ciência da contabilidade a partir de um objeto único e particular, reduzindo-o a uma contabilidade privada (financeira) é falacioso. Nenhuma ciência, cuja premissa é a linguagem, a comunicação social, pode ser estabelecida por meio de uma redução particularista. A ciência do patrimônio, da pessoa jurídica (ficcional), é um paradoxo, um contrassenso porque se isola em sua própria construção linguística como detentora e manipuladora da informação por meio da retórica da persuasão (discurso com aparência de universal), sobretudo, com a chancela irrestrita de quem a escreve e a interpreta: o profissional da contabilidade. Aqueles que ainda não suportam a construção da contabilidade como ciência, porque a admitem tão somente como um sistema de informação, são coerentes por princípio. Para esses o que a contabilidade produz é apenas informações sistemáticas, como uma carta náutica, como o sistema meteorológico, um jornal que organiza as informações de maneira sistemática; portanto, é um instrumento de mensuração e avaliação do patrimônio privado para um propósito específico, por exemplo, para a tomada de decisão.

Mas, não é disso que se trata a ciência da contabilidade. A contabilidade por ser uma construção linguística possui, como toda linguagem, léxico, semântica e sintaxe para que possa ser compreendida pela sociedade. A Academia Francesa de Ciências (1836), embora definira a contabilidade como uma ciência social, a percebeu somente como um objeto de observação da riqueza do homem; o que se pretende nos tempos atuais é a sua dimensão holística, seu caráter societal, de construção de relações endógenas e exógenas entre todos na sociedade. A ciência contábil é uma ciência social porque interfere, por meio da linguagem, no comportamento dos atores sociais. No entanto, é necessário salientar o seu caráter específico enquanto linguagem de representação dos números, sejam eles monetários e não monetários. Isso faz da contabilidade uma ciência social singular que requer fundamentos científicos.

Nesse sentido, a contabilidade como ciência social aplicada pressupõe uma condição emancipatória, autonomia e maturidade científicas que possibilitem a harmonização entre os instrumentos tecnológicos e seus efeitos na sociedade, por meio de linguagem contábil transparente, cujo propósito ideológico é o in-

teresse e a construção sociais. Uma das resistências dos normativistas-positivistas em aceitar uma teoria geral da contabilidade é por causa da perda do objeto privado. Isso lhes custaria a hegemonia, a perda do foco e do controle sobre o objeto. Não há arcabouço científico (normativista-positivista) que inviabilize ou impossibilite a teoria geral da contabilidade na medida em que sua teorização se funda na expressividade linguística societal.

Assim, do ponto de vista holístico pode-se perceber a ciência da contabilidade, filosoficamente, sob três categorias com fundamentos ontológicos e epistemológicos: i) essência (posição epistêmica); ii) ambiência (realidade social); iii) dimensão (teoria e método) (Nepomuceno, 2005). Essa percepção onto-epistemológica permite espaços para se desenhar a teoria geral da contabilidade; são premissas filosóficas sobre as quais pode-se estabelecer os termos primitivos, pressupostos básicos, diretrizes (García-Casella; Franco), e a sua contametria social (Franco).

III.1.2 Teoria Geral da Contabilidade: uma perspectiva critico-interpretativa

Se o propósito acadêmico latino-americano é estabelecer uma agenda científica crítica, sob o foco social, então, as propostas de García-Casella (2001, 2000) e Franco (2018) podem ser uma referência profícua, um ponto de partida. As propostas são no sentido da emancipação da contabilidade enquanto ciência social, desgarrada do reducionismo patrimonialista. A construção da teoria geral da contabilidade permitirá detectar as lacunas informacionais existentes fora do domínio da contabilidade privada. Essas lacunas informacionais sequer são admitidas pelos países do Norte. Embora esses países produzam informações por meio da contabilidade nacional (social), com informações econômicas sobre renda nacional, sobre o PIB, praticamente, nenhuma conectividade existe entre as contabilidades privada e nacional, na medida em que a última é gerada por meio de dados estatísticas; ambas são registradas por partidas dobradas.

Uma das propostas da teoria geral da contabilidade é a introdução da mensuração contábil física, como contar os minerais, água doce, energia, madeira, peixes, oxigênio, etc). Embora alguns autores (Calafell, 1971, Mattessich, 2002; Rodríguez, 1984;) já tenham previsto esse tipo de abordagem, nenhum estudo científico foi desenvolvido. A ONU, por meio do Sistema de Contabilidade Ambiental e Econômico tem desenvolvido um projeto nesse sentido, em que esse sistema contábil visa mensurar fisicamente os recursos naturais de um país, cujo propósito é a obtenção do denominado PIB verde. Esse tipo de iniciativa de PIB verde pode transformar um país, economicamente irrelevante, em ecologicamente imprescindível à humanidade.

Portanto, esse controle e o acompanhamento devem ser prioridades da Contabilidade Social (Nacional), por meio de novos sistemas de contas nacionais —monetárias e não monetárias— estabelecendo, assim, as bases de uma eco-

nomia sustentável. A integração informacional das contabilidades privada e social demanda novos critérios e regras, novos princípios que já foram apontados por García-Casella e Franco, além de novos agrupamentos de contas contábeis, com a imprescindível utilização de métodos de partidas duplas e quádruplas. Os Planos Gerais de Contabilidade (PGC) terão que ser reestruturados sob novas bases e novos princípios (monetárias e não monetárias).

Em síntese, esse pode ser o novo caminho a ser trilhado pela contabilidade latino-americana, independentemente, do que a Europa ou os EEUU estão produzindo. Nossas questões contábeis domésticas competem somente a nós, a mais ninguém. Isso não nos impedirá de mantermos relações comerciais internacionais posto que tudo isso demanda um processo de transição gradual e consciente.

Referências bibliográficas

- Andrews, M. (2012). The logical limits of best practice administrative solutions in developing countries. *Public Administration and Development*, 32(2), 137–153. <https://doi.org/10.1002/pad.622>
- Assum, J. B. C. (1976). Reflexiones sobre un Plan Contable Nacional. *Revista de Economía y Estadística*, 20 (1-2-3), 111-128. <http://revistas.unc.edu.ar/index.php/REyE/article/view/3722>
- Aragão, I. R. B. N. (2016). Hegemonia do discurso científico contábil no Brasil [tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-25072016-164253/pt-br.php>
- Arias, J. D., Salazar, F., Correa-García J. A., Díaz, M. A., Sarmiento, H. J., Andrew, J., Cooper, C., Gendron, Y., Acosta, L. C., Malaver, D. S., Castañeda, V. M., Gómez, Y., Giraldo, L. F., Alzate, J. S., Alba, M., Ortíz, J. J., & Camargo, D. A. (2020). Aproximaciones contextuales sobre el devenir de las revistas contables colombianas. *Perspectivas plurales de los editores. Contaduría Universidad de Antioquia*, 77, 131-165. <https://doi.org/10.17533/udea.rc.n77a05>
- Ariza-Buenaventura, D., & Gómez-Villegas, M. (2008). Perspectivas críticas de la contabilidad: Reflexiones y críticas contables alternas al pensamiento único [apresentação]. VII Simposio Nacional de Investigación Contable y Docencia. Universidad Nacional de Colombia. <https://actualicese.com/resena-del-vii-simposio-nacional-de-investigacion-contable-y-docencia/>
- Avelar, E. A., Ribeiro, L. M. P., Boina T. M., Gomes, C.C., & Ferreira, C. O. (2020). Pesquisa Qualitativa Contábil no Brasil: Cenário de Desafios e Oportunidades frente ao Predomínio Positivista. *Liceu On-Line*, 10 (1). https://liceu.fecap.br/LICEU_ON-LINE/article/view/1830
- Barros, D. E. C. (2008, março). Análise do discurso crítica: Pesquisa social e linguística. 1a JIED–Jornada Internacional de Estudos do Discurso. <http://www.dle.uem.br/jied/pdf/relacao%20resumo.pdf>

- Bejumea, L. F., Camargo Mayorga, D. A., & Roncancio-García, A. D. (2011). Aproximaciones a la historia de la contabilidad en Colombia. *Revista Facultad de Ciencias Económicas*, 1(1), 17-22. <https://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/REFCE/article/view/2152>
- Biondi, M. (1999). *Teoría de la Contabilidad: el ABC de su fascinante mundo*. Machi.
- Bolsinhas, J. C. (1980). Prefácio. Em S. Iudícibus, (coord.), *Contabilidade Introdutório*. Quinta edição . Atlas.
- Bourdieu, P. (1976). Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2, 88–104. <https://doi.org/10.3406/arss.1976.3454>
- Braverman, H. (1998). *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century*. NYU Press e Monthly Review Press.
- Bunge, M. (1997). *La ciencia. Su método y su filosofía*. Sudamericana.
- Burbano, J. E. (1989). *Contabilidad: análisis histórico de su objeto y método*. *Pliegos Administrativos y Financieros*, 12, 1-35.
- Calafell, C. A. (1971): *Apuntes de Introducción a la Contabilidad [notas de aula]*. Departamento de Contabilidad de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad Autónoma, Madrid, Curso 1971-1972.
- Chanlant, J.F. (2002). *Ciencias Sociales y Administración. En defensa de una antropología general*. Fondo editorial Universidad Eafit.
- Chabrak, N. (2012). Money Talks: The Language of the Rochester School. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 25(3), 452–485. <https://doi.org/10.1108/09513571211209608>
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (2022). *Revista Brasileira de Contabilidade (RBC)*. <https://cfc.org.br/revista-brasileira-de-contabilidade-rbc/>. Acesso em 02 de mai. 2022.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (2022). *Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade*.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (2008). *História dos Congressos Brasileiros de Contabilidade*. Brasília: CFC.
- Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG). (2021). *Conheça a história do sistema CFC/CRCs em 15 fatos*.
- Cubides, H., Maldonado, A., Machado, M., Visbal, F., & Gracia, E. (1999). *Historia de la contaduría pública en Colombia. siglo XX e Universidad Central*.
- Delanty, G., & Strydom, P. (2003). *Philosophies of Social Science: The Classic and Contemporary Readings*. Open University. https://openlibrary.org/works/OL19591031W/Philosophies_of_social_sciences
- El Congreso de Colombia. (1931, 5 de mayo). Ley 58. Por la cual se crea la Superintendencia de Sociedades Anónimas y se dictan otras disposiciones. <https://www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?ruta=Leyes/1610332#:~:text=Autorizase%20a%20la%20Superintendencia%20de,2>.
- Franco Ruiz, R. (2018). Pensamiento contable latinoamericano: entre colonialismo intelectual y ciencia propia. *Revista Científica General José María Córdova*, 16 (22), 133-161. <http://dx.doi.org/10.21830/19006586.325>
- Franco, R. (1998). *Contabilidad integral*. Pereira: Investigar Editores.
- García-Casella, C. L. (2019, agosto 20). Carlos García Casella (1era parte) [vídeo]. You Tube. https://www.youtube.com/watch?v=3rpOIL_VEUI

- García-Casella, C. L. (2000). Curso Universitario de Introducción a la Teoría Contable. Parte Primera. Economizarte Bs As.
- García-Casella, C. L. (2001). La contabilidad directiva: una perspectiva multicultural. ACODI – II Congreso de la Asociación de Contabilidad Directiva. León, España.
- García-Casella, C. L., & Rodríguez de Ramírez, M. C. (2001). Elementos para una teoría general de la contabilidad. *La Ley*.
- García, N. (2002). El profesor académico de contabilidad y la investigación contable. *Contabilidad y Auditoría*, 8 (15). <https://ojs.econ.uba.ar/ojs/index.php/Contyaudit/article/view/165>
- Gil, J. M. (2021, agosto 27). Intereses divergentes y búsquedas comunes [conferência]. IV Simposio Internacional de Teoría Contable: la obra de Mario Biondi; la obra de Rafael Franco Ruiz. <https://www.consejo.org.ar/formacion-profesional/congresos-y-eventos/congreso/congresos-realizados/iv-simposio-internacional-de-teoria-contable>
- Giraldo, J. S. A. (2014). La investigación contable pensada desde las estrategias de investigación social-cualitativa. *Teuken Bidikay*, (5), 77-97. <https://revistas.elpoli.edu.co/index.php/teu/article/view/1104>
- Gomes, J. S. (1979). A profissão contábil no Brasil: uma visão crítica. *Revista de Administração de Empresas*, 19 (2), 99-106. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901979000200007>
- Gómez-Morales, Y. J. (2018). Abuso de las medidas y medidas abusivas. Crítica al pensamiento bibliométrico hegemónico. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, 45(1), 269-290. <https://doi.org/10.15446/achsc.v45n1.67559>
- Gómez-Villegas, M. (2008) Dinámica de la concepción y la enseñanza de la teoría contable en Colombia (1970-2000): una exploración institucional [serie de documentos FCE, Escuela de Administración y Contaduría Pública, Universidad Nacional de Colombia]. <http://www.fce.unal.edu.co/publicaciones/>
- Gómez-Villegas, M., Ocampo-Gómez, E., & Neu, D. (2021). Editorial: Contabilidad crítica en Latinoamérica: trayectorias, interacciones y conversaciones entre el Norte y el Sur. *Innovar*, 31 (82), 3-13. <https://doi.org/10.15446/innovar.v31n82.98415>
- Homero, P. F. J. (2017). Paradigma e ordem do discurso da pesquisa contábil brasileira. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 10 (1), 39 – 53. <https://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/301>
- Hopper, T., Lassou, P., & Soobaroyen, T. (2017). Globalisation, accounting and developing countries. *Critical Perspectives on Accounting*, 43, 125-148. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2016.06.003>
- Instituto de Auditoria Independente do Brasil (IBRACON). (2022). Relatório de Gestão 2021. *Iudicibus*, S. (1981). Teoria da Contabilidade. Atlas.
- Lopes de Sá, A. (1992). Teoria Geral do Conhecimento Contábil: lógica do objeto científico da Contabilidade. IPAT e UNA.
- Martins, E. A. (2012). Pesquisa contábil brasileira: uma análise filosófica [tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14022013-171839/pt-br.php>.
- Mattessich, R. (2002). Contabilidad y métodos analíticos. Medición y proyección del ingreso y la riqueza en la microeconomía y en la macroeconomía. *La Ley*.

- Mattos, C.C.C. (2009). Historia de la contabilidad en Colombia a partir de la conquista: un enfoque dialéctico a la luz del materialismo histórico [apresentação]. I simposio Internacional de Investigación en Ciencias Económicas, Administrativas y Contables. Universidad Libre, Bogotá. <https://www.unilibre.edu.co/bogota/pdfs/2016/1sin/19.pdf>
- Mejía-Soto, E., Montes-Salazar, C. A., & Dávila Giraldo, G. C. (2011). Introducción a la propuesta contable de García-Casella. Cuadernos de Contabilidad, 12 (30), 127-164. <http://www.scielo.org.co/pdf/cuco/v12n30/v12n30a06.pdf>
- Mileti, M., Berri, A. M., Gastaldi, J., Ilundain, L., Judais, A., Marcolini, S., & Veron, C. (2001, novembro). Evolución histórica de la contabilidad y su relación con La investigación y regulación contable en Estados Unidos, Sur de Europa y Argentina [apresentação]. Sextas Jornadas “Investigaciones en la Facultad” de Ciencias Económicas y Estadística. Universidad Nacional de Córdoba. https://fcecon.unr.edu.ar/web/sites/default/files/u16/Decimocuartas/Mileti,Berri,Gastaldi_evolucion%20historica%20de%20la%20contabilidad.pdf
- Miranda, G. J., Santos, L. A. A., Nova, S. P. C. C., & Cornacchione, E. B. J. (2013). A pesquisa em educação contábil: Produção científica e preferências de doutores no período de 2005 a 2009. Revista de Contabilidade & Finanças, 24 (61), 75-88. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772013000100008>
- Nascimento, J.C. B., Bernardes, J. R., Souza, W. D., Santos, J. S., & Castro, M. M. B. (2018). Perspectivas da pesquisa em contabilidade no Brasil: Um ensaio teórico sobre as abordagens ideográficas e nomotéticas. CAP Accounting and Management, 11, 21-38.
- Nascimento, J. P. B., Sauerbronn, F. F., & Campos, C. L. O. (2020, Julho). Contabilidade: Prática Social e Discurso. XX USP International Conference in Accounting. <https://congressospf.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2330.pdf>
- Nepomuceno, V. (2021). Contabilidade do capital: a entronização do capitalismo contemporâneo. Juruá.
- Nepomuceno, V. (2005). O objetividade contábil e queda da relevância do resultado marginalista: uma análise epistemológica da realidade social. Revista Lúmina, 6, 142-165. <https://doi.org/10.30554/lumina.06.1171.2005>
- Presidência da República (1977, 26 de dezembro). Decreto-Lei 1.598. Altera a legislação do imposto sobre a renda.
- Rico-Bonilla, C. (2018). Análisis histórico del pensamiento contable colombiano: tratados, libros de texto y lecciones de enseñanza (1840 – 1950). De Computis - Revista Española de Historia de la Contabilidad, 15(1), 26-50. <http://dx.doi.org/10.26784/issn.1886-1881.v15i1.324>
- Rocha, M., & Martínez, I. (2016). Historia de la educación contable en Colombia: la aparición de las primeras escuelas y facultades de Contabilidad. Revista Activos, (26), 101-122. <https://doi.org/10.15332/25005278/3973>
- Rodríguez, J. M. R. (1986). Epistemología de la Contabilidad como teoría científica. Cuarta edición. Universitas Malacitana.
- Qualitative, Research and Critical Accounting (QRCA). (s.d.). Qualitative Research and Critical Accounting: Una red Latinoamericana. Recuperado em 02 de jun. 2022. <https://qrca-net.org/es/inicio/>

- Quintero, H. C. (2002). Perspectiva de la investigación contable. Cuadernos de Administración, 28, 121-136. https://cuadernosdeadministracion.univalle.edu.co/index.php/cuadernos_de_administracion/article/view/134/208
- Sarmiento, H., & Muñoz, S. (2011). Banderas en alto. Una arqueología del proceso de nacionalización de la contaduría pública en Colombia. *Politécnico Colombiano Jaime Isaza Cadavid*. <https://biblat.unam.mx/hevila/Teukenbidikay/2012/no3/16.pdf>
- Sauerbronn, F.F., Ayres, R.M., & Lourenço, R.L. (2017). Perspectivas pós-coloniais e decoloniais: uma proposta de agenda de pesquisa em contabilidade no Brasil. *Custos e Agronegócio Online*, 13 (3), 120-148. <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero3v13/OK%207%20colonialismo.pdf>
- Schulz, A., & D'lorio, S. (2021). La dimensión epistemológica en la investigación contable en el ámbito universitario público argentino. *Ejes de Economía y Sociedad*, 5(9), 240–260. <https://doi.org/10.33255/25914669/599>
- Silva, C. M., Sauerbronn, F. F., & Thiollent, M. (2022). Decolonial Studies, Non-Extractive Methods, and Participatory Action Research in Accounting. *Revista de Administração Contemporânea*, 26 (4). <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210014.en>
- Silva, A. C. R. (2002, novembro). Retrospectiva histórica do Ensino Superior de Contabilidade no Brasil. IX Congresso de Contabilidade, Porto - Portugal.
- Silva, J. M., & Nepomuceno, V. (2012). A queda da contabilidade europeia no Brasil e a ascensão do modelo contábil norte-americano. *Revista Perquirere*, 9(1), 321-334.
- Wowczuk, D. (2009). Evolución del pensamiento contable en argentina: una aproximación a su historia, 1960 – 2004 [tesis de pregrado, Universidad de San Andrés]. <https://repositorio.udes.edu.ar/jspui/handle/10908/151>